

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 977

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações (Reunião de Câmara Pública realizada em 31 de outubro de 2012):

-Proposta n.º 749/2012 (Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado) - Aprovou a alteração à Proposta n.º 150/2012, relativa ao Regulamento Municipal que aprova o Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesse Municipal, para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da proposta [pág. 1572 (40)].

-Proposta n.º 750/2012 (Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado) - Aprovou a alteração à Proposta n.º 732/2011, relativa à alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Lisboa, para efeitos de aprovação pela Assembleia Municipal, nos termos da proposta [pág. 1572 (40)].

-Proposta n.º 751/2012 (Subscrita pela Vereadora Helena Roseta) - Aprovou as Regras do Programa Municipal de Voluntariado, nos termos da proposta [pág. 1572 (2)].

-Proposta n.º 752/2012 (Subscrita pela Vereadora Helena Roseta) - Aprovou o parecer sobre o Relatório Final de autoavaliação do Contrato Local de Desenvolvimento Social 48/CLDS/LIS Ameixoeira, nos termos da proposta [pág. 1572 (10)].

-Proposta n.º 613/2012 (Subscrita pelas Vereadoras Helena Roseta e Graça Fonseca) - Aprovou a transferência de verba e atribuição de espaço não habitacional, ao abrigo do Orçamento Participativo, à Junta de Freguesia de Campolide e submeteu à Assembleia Municipal a respetiva repartição de encargos, nos termos da proposta [pág. 1572 (40)].

-Proposta n.º 753/2012 (Subscrita pela Vereadora Helena Roseta)- Aprovou a cedência do equipamento Ludoteca Municipal à Junta de Freguesia Carnide, nos termos da proposta [pág. 1572 (10)].

-Proposta n.º 706/2012 (Subscrita pela Vereadora Catarina Vaz Pinto)- Autorizou a abertura do 2.º Concurso de Atribuição de Ateliers Municipais para as Artes, no qual estão incluídos a lista dos ateliers a ceder, o período de cedência e critérios propostos pela Comissão de Análise para atribuição dos ateliers a Concurso, nos termos da proposta [pág. 1572 (15)].

-Proposta n.º 755/2012 (Subscrita pelo Vereador Nunes da Silva)- Aprovou a emissão de Parecer Prévio à renovação do contrato de assistência técnica e manutenção do Sistema Centralizado de Tráfego da Cidade de Lisboa (GERTRUDE), nos termos da proposta [pág. 1572 (35)].

-Proposta n.º 625/2012 (Subscrita pela Vereadora Helena Roseta)- Aprovou o indeferimento do pedido de atribuição de apoio financeiro excecional ao abrigo do Fundo de Emergência Social-Vertente IPSS, à Associação «Qe, Uma nova linguagem para a incapacidade», nos termos da proposta [pág. 1572 (35)].

-Proposta n.º 756/2012 (Subscrita pela Vereadora Helena Roseta)- Aprovou o indeferimento de apoio financeiro extraordinário no âmbito do Fundo de Emergência Social-Vertente IPSS, à ARIA - Associação de Reabilitação e Integração de Ajuda, nos termos da proposta [pág. 1572 (35)].

-Proposta n.º 757/2012 (Subscrita pela Vereadora Helena Roseta)- Aprovou a concessão de apoio financeiro extraordinário no âmbito do Fundo de Emergência

Social-Vertente IPSS, ao Banco do Bebê - Associação de Ajuda ao Recém-Nascido, nos termos da proposta [pág. 1572 (36)].

-Proposta n.º 758/2012 (Subscrita pelos Vereadores PPD/PSD)- Aprovou constituir um Grupo de Trabalho cuja finalidade será elaborar um relatório descritivo dos problemas de relacionamento existentes nas zonas do Bairro Alto e Cais do Sodré, no que concerne ao funcionamento dos estabelecimentos de diversão noturna, nos termos da proposta [pág. 1572 (39)].

-Proposta n.º 759/2012 (Subscrita pelo Vereador Manuel Salgado)- Aprovou a cessação por acordo mediante a atribuição da compensação de 35 000 euros (trinta e cinco mil euros), do contrato de arrendamento não habitacional referente ao espaço municipal sito na rua da Atalaia, 186-A, r/c, em Lisboa, nos termos da proposta [pág. 1572 (39)].

-Proposta n.º 760/2012 (Subscrita pelo Sr. Presidente)- Aprovou atribuir a Sua Excelência o Presidente da República da Colômbia, Dr. Juan Manuel Santos Calderón, a Chave de Honra da Cidade, nos termos da proposta [pág. 1572 (40)].

PRESIDÊNCIA DA CÂMARA

Despachos n.ºs 82/P/2012 (Implementação do procedimento «Filmar em Lisboa»), **83/P/2012** (Despacho de designação de representante do Município de Lisboa para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ Lisboa Norte) e **84/P/2012** [pág. 1572 (40)].

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

CÂMARA MUNICIPAL

Deliberações

Reunião de Câmara Pública realizada em 31 de outubro de 2012

A Câmara Municipal de Lisboa, reunida no dia 31 de outubro de 2012, deliberou aprovar as seguintes Propostas que lhe foram presentes e que tomaram a forma de Deliberações, como se seguem:

- Deliberação n.º 751/CM/2012 (Proposta n.º 751/2012)
- Subscrita pela Vereadora Helena Roseta:

Aprovação do Programa Municipal de Voluntariado

Pelouro: Desenvolvimento Social.

Serviço: Departamento de Desenvolvimento Social.

Considerandos:

- 1 - Num contexto social em que a exclusão ultrapassa a pobreza ou a insuficiência de meios económicos e está, frequentemente, associada a fenómenos como o desemprego e o isolamento decorrente da quebra de laços de solidariedade tradicionais, é fundamental criar condições de inclusão assentes na participação cívica, elemento chave para a coesão social;
- 2 - As atividades de voluntariado constituem uma experiência enriquecedora, permitindo o desenvolvimento de capacidades e competências sociais que contribuem para o reforço da solidariedade. Do ponto de vista da comunidade, as ações de voluntariado permitem a integração de um amplo conjunto de conhecimentos e afetos que, de modo informal, constituem uma mais-valia significativa;
- 3 - As Grandes Opções do Plano 2012-2015 orientam a atuação da Câmara Municipal de Lisboa para as políticas de proximidade, entre as quais se destacam as políticas sociais,

que permitam o desenvolvimento de ações mais próximas dos cidadãos. No seu Objetivo A5 - Ação Social, é referido que o Município de Lisboa deve orientar-se para políticas ativas de inclusão social, dinamizando a articulação com parceiros públicos e sociais e mobilizando o voluntariado. Por sua vez o Plano de Atividades para 2012 consagra no Subobjetivo A5-10 um conjunto de ações na área do Voluntariado, para dar expressão e conteúdo ao mesmo;

4 - A CML, através do DDS, implementou um Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa, acessível através do site da CML, que conta já com 1066 inscritos que têm vindo a ser chamados a colaborar em diversas atividades de voluntariado a pedido de diferentes Serviços Municipais. O número dos voluntários inscritos e a qualidade e exigências das tarefas que prestam requer que sejam definidos conceitos e procedimentos comuns, inspirados na legislação enquadradora e nas boas práticas nacionais e internacionais, com as quais o Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa tem tido contacto, através das redes em que está inserido;

5 - É neste contexto que se propõe o Programa Municipal de Voluntariado, com o qual se pretende também responder ao desafio incluído no Plano Gerontológico Municipal 2009-2013, no sentido de o voluntariado assumir, relativamente à população sénior, o duplo papel de rede de apoio e oportunidade de participação cívica. Nesse sentido e dando corpo aos objetivos do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e Saudável e da Solidariedade entre Gerações, que está a decorrer, está a ser promovida a integração de pessoas com mais de 50 anos em ações do Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa.

Assim, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação conferida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proponho que a Câmara aprove a criação e implementação do Programa Municipal de Voluntariado, nos termos do Anexo 1 da presente Proposta que dela faz parte integrante.

(Aprovada por maioria, com 10 votos a favor e 5 abstenções.)

Anexo 1 - Programa Municipal de Voluntariado.

Anexo 1

Programa Municipal de Voluntariado

Introdução

1. A proposta de desenvolvimento do Programa Municipal de Voluntariado decorre da competência da Divisão de Cidadania e Inovação Social do Departamento de Desenvolvimento Social, definida na alínea d) do n.º 2 do artigo 82.º da Estrutura Flexível da Organização dos Serviços Municipais, publicada no «Diário da República», 2.ª Série, de 24 de Fevereiro de 2011, através do Despacho n.º 3683/2011: “Apoiar a concepção e implementação de projectos e iniciativas que contribuam para a cidadania participativa, designadamente para o voluntariado.”

2. Com o objectivo de garantir a todos os cidadãos a participação solidária em ações de voluntariado, a Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, dá enquadramento jurídico ao voluntariado, definindo os princípios do trabalho voluntário e contemplando um conjunto de direitos e deveres dos voluntários e das organizações promotoras, pelos quais se rege o presente Programa. Esta lei foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 388/99, de 30 de Setembro.

3. Assim, considera-se «voluntariado» o conjunto de acções de interesse social e comunitário realizadas de forma desinteressada por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade desenvolvidas sem fins lucrativos (artigo 2.º, n.º1 da Lei 71/98), sendo «voluntário» o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora (artigo 3.º, n.º1 da Lei 71/98). A qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com a organização promotora, sem prejuízo de regimes especiais constantes da lei (artigo 3.º, n.º2, da Lei 71/98)).

4. Consideram-se ainda, de acordo com o artigo 6.º da referida lei, os seguintes princípios enquadramentos do voluntariado e respectivos pressupostos:

4.1. O princípio da **solidariedade**, que se traduz na responsabilidade de todos os cidadãos pela realização dos fins do voluntariado;

4.2. O princípio da **participação**, que implica a intervenção das organizações representativas do voluntariado em matérias respeitantes aos domínios em que os voluntários desenvolvem o seu trabalho;

4.3. O princípio da **cooperação**, que envolve a possibilidade de as organizações promotoras e as organizações representativas do voluntariado estabelecerem relações e programas de acção concertada;

4.4. O princípio da **complementaridade**, que pressupõe que o voluntário não deve substituir os recursos humanos considerados necessários à prossecução das actividades das organizações promotoras, estatutariamente definidas;

4.5. O princípio da **gratuidade**, que pressupõe que o voluntário não é remunerado, nem pode receber subvenções ou donativos, pelo exercício do seu trabalho de voluntário;

4.6. O princípio da **responsabilidade**, que reconhece que o voluntário é responsável pelo exercício da actividade que se comprometeu a realizar, dadas as expectativas criadas aos destinatários do trabalho voluntário;

4.7. O princípio da **convergência**, que determina a harmonização da acção do voluntário com a cultura e objectivos institucionais da entidade promotora.

Na sua implementação em concreto, o Programa Municipal de Voluntariado de Lisboa obedece às regras e procedimentos abaixo enunciados.

1. Enquadramento legal

1.1. O Programa Municipal de Voluntariado é desenvolvido pelo Município de Lisboa ao abrigo do disposto na Lei n.º 71/98, de 3 de Novembro, que estabeleceu as bases do enquadramento jurídico do voluntariado, do Decreto-Lei n.º 388/99, de 30 de Setembro, que a regulamentou, e das demais disposições legais aplicáveis.

1.2. Nos termos legais, a qualidade de voluntário não pode, de qualquer forma, decorrer de relação de trabalho subordinado ou autónomo ou de qualquer relação de conteúdo patrimonial com o Município de Lisboa.

2. Finalidade

O Programa Municipal de Voluntariado tem como objectivo enquadrar a participação de voluntários em intervenções desenvolvidas por serviços da Câmara Municipal de Lisboa, visando estimular o voluntariado e contribuir para a inclusão social dos participantes, bem como para a sua formação social e cultural.

3. Promotor do Programa

3.1. O serviço promotor do Programa Municipal de Voluntariado é o Departamento de Desenvolvimento Social, através da Divisão de Cidadania e Inovação Social.

3.2. As competências do serviço promotor do Programa são:

- a) Promover a conceção de projectos de voluntariado;
- b) Receber, apreciar e divulgar projectos de voluntariado;
- c) Recrutar voluntários através do Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa;
- d) Promover a formação inicial aos voluntários;
- e) Elaborar os modelos de documentos necessários à implementação do Programa;
- f) Emitir o cartão de identificação do voluntário e recebê-lo nos casos de suspensão ou cessação da prestação do trabalho voluntário;
- g) Celebrar o seguro legal obrigatório;
- h) Estabelecer com o voluntário, através do serviço de acolhimento, um Compromisso de Voluntariado, que regule as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração do trabalho a realizar, de acordo com modelo fornecido pelo serviço promotor;
- i) Acompanhar e monitorizar os projectos de voluntariado;
- j) Realizar a avaliação do programa;
- l) Avaliar situações de incumprimento dos compromissos estabelecidos.

4. Serviços de Acolhimento

4.1. Consideram-se serviços de acolhimento os serviços da Câmara Municipal de Lisboa ou empresas municipais que pretendam acolher voluntários no âmbito do Programa Municipal de Voluntariado, com vista a complementar a sua intervenção.

4.2. São direitos dos serviços de acolhimento:

- a) Ter apoio na concepção de projectos de voluntariado;
- b) Ter acesso aos modelos de documentos necessários à implementação do Programa;
- c) Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário, de acordo com o Compromisso de Voluntariado previamente estabelecido;
- d) Dispor da colaboração do voluntário, prevalecendo, em termos técnicos, as opções e orientações técnicas dos serviços de acolhimento.

4.3. São deveres dos serviços de acolhimento:

- a) Conceber os projectos de voluntariado, em articulação com o serviço promotor;
- b) Definir os termos do Compromisso de Voluntariado, a subscrever pelo voluntário e pelo serviço de acolhimento, nos termos da alínea h) do nº 3;
- c) Assegurar a correcta utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios colocados ao dispor do voluntário;
- d) Promover formação específica na área em que o voluntário exerce o seu trabalho;
- e) Prestar ao voluntário toda a informação necessária, relativa ao funcionamento da Câmara Municipal de Lisboa e à actividade a desenvolver;
- f) Incluir a opinião do voluntário na preparação das decisões da organização que afectem o desenvolvimento do seu trabalho;
- g) Realizar a avaliação do projecto de voluntariado;
- h) Sempre que necessitar da colaboração do voluntário para cumprimento de missões urgentes, em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas, convocá-lo com a antecedência possível, emitindo subsequentemente, no caso de voluntário empregado, documento que justifique as respectivas faltas perante a entidade patronal;
- i) Proceder à acreditação e certificação do trabalho do voluntário, mediante a emissão de certificado onde conste, designadamente, a identificação do voluntário, o domínio da actividade desenvolvida, o local onde foi desenvolvida essa actividade, o início e a duração da mesma, de acordo com modelo fornecido pelo serviço promotor;
- j) Avaliar situações de incumprimento dos compromissos estabelecidos ou declarações emitidas.

5. Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa

5.1. O Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa, organizado e actualizado pelo Departamento de Desenvolvimento Social, tem como principal objectivo estabelecer a ligação entre a oferta e a procura de oportunidades de voluntariado, através da sua divulgação, do recrutamento de voluntários e do seu enquadramento em projectos.

5.2. O Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa promove ainda, em colaboração com outras entidades locais, nacionais e internacionais, iniciativas que visam a reflexão, a partilha e a disseminação de boas práticas no âmbito do voluntariado.

5.3. Qualquer cidadão pode aceder ao Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa através do site da CML, obtendo aí todas as informações necessárias.

6. Direitos e deveres dos Voluntários

6.1. São direitos dos voluntários, sem prejuízo de outros consagrados na Lei:

- a) Ter acesso a programas de formação inicial e contínua, tendo em vista o aperfeiçoamento do seu trabalho voluntário;
- b) Dispor de um cartão de identificação de voluntário;
- c) Beneficiar do seguro legal obrigatório, a celebrar pelo serviço promotor do Programa;
- d) Exercer o seu trabalho voluntário em condições de higiene e segurança;
- e) Faltar justificadamente, se empregado, quando convocado pelo serviço de acolhimento por motivo de cumprimento de missões urgentes, nomeadamente em situações de emergência, calamidade pública ou equiparadas;
- f) Estabelecer com o serviço promotor e o serviço de acolhimento o Compromisso de Voluntariado que regula as suas relações mútuas e o conteúdo, natureza e duração da actividade voluntária a realizar;
- g) Participar na preparação das decisões do serviço de acolhimento que afectem o desenvolvimento do trabalho voluntário;
- h) Ter entrada livre em actividades culturais, desportivas e outras, promovidas pelo Município de Lisboa, mediante apresentação do cartão de identificação de voluntário.

6.2. São deveres dos voluntários:

- a) Cumprir os princípios deontológicos por que se rege a actividade que realiza, designadamente o respeito pela vida privada de todos quantos dela beneficiam;
- b) Cumprir as normas que regulam o funcionamento da Câmara Municipal de Lisboa e do serviço de acolhimento;
- c) Actuar de forma diligente, isenta e solidária;
- d) Participar nos programas de formação destinados ao correcto desenvolvimento do trabalho voluntário;
- e) Zelar pela boa utilização dos recursos materiais e dos bens, equipamentos e utensílios postos ao seu dispor;
- f) Colaborar com os profissionais do serviço de acolhimento, respeitando as suas opções e seguindo as suas orientações técnicas;
- g) Não assumir o papel de representante da Câmara Municipal de Lisboa sem o seu conhecimento e prévia autorização escrita;
- h) Garantir a regularidade do exercício do trabalho voluntário de acordo com o Compromisso de Voluntariado previamente estabelecido;
- i) Utilizar devidamente a identificação como voluntário no exercício da sua actividade;
- j) Cumprir com responsabilidade o seu Compromisso de Voluntariado e com assiduidade e pontualidade o horário estabelecido;
- h) Comunicar prontamente ao responsável pelo serviço de acolhimento qualquer ocorrência ou situação que julgue anormal;
- i) Respeitar os direitos dos utentes das instalações ou serviços onde preste actividade;
- j) Avaliar situações de incumprimento dos compromissos estabelecidos;
- k) Devolver o cartão de identificação de voluntário, no caso de cessação ou suspensão do trabalho voluntário.

7. Voluntários empregados

7.1. O voluntário empregado pode ser convocado pelo serviço de acolhimento, para prestar a sua actividade durante o tempo de trabalho, nos seguintes casos:

- a) Por motivo de cumprimento de missões urgentes que envolvam o recurso a determinados meios humanos que não se encontrem disponíveis em número suficiente ou com a preparação adequada para esse efeito;
- b) Em situação de emergência, calamidade pública, acidentes de origem climática ou humana que pela sua dimensão ou gravidade justifiquem a mobilização dos meios existentes afectos às áreas responsáveis pelo controlo da situação e reposição da normalidade ou em casos de força maior devidamente justificados;
- c) Em situações especiais inadiáveis em que a participação do voluntário seja considerada imprescindível para a prossecução dos objectivos do programa de voluntariado.

7.2. Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior o voluntário dispõe de um crédito de quarenta horas anuais.

7.3. As faltas ao trabalho pelo motivo referido no presente artigo devem ser precedidas de convocação formal pelo serviço de acolhimento, da qual conste a natureza da actividade a desempenhar e o motivo que a justifique, podendo, em caso de reconhecida urgência, ser feita por meio de contacto expedito, mas devendo sempre ser confirmada por escrito no mais curto prazo possível.

7.4. As faltas ao trabalho do voluntário empregado, devidamente convocado, consideram-se justificadas, nos termos do n.º 2 do artigo 7º da Lei n.º 71/98, mediante a confirmação pelo serviço de acolhimento da convocatória e do cumprimento da missão para que foi convocado.

8. Suspensão e cessação da actividade voluntária

8.1. O voluntário que pretenda interromper ou cessar o trabalho voluntário deve informar o serviço de acolhimento com a antecedência possível.

8.2. O serviço de acolhimento pode dispensar a colaboração do voluntário, a título temporário ou definitivo, sempre que a alteração dos objectivos ou das práticas institucionais o justifique, devendo comunicá-lo ao próprio e ao serviço promotor.

8.3. O serviço de acolhimento pode determinar a suspensão ou a cessação da colaboração do voluntário em todos ou em alguns domínios de actividade no caso de incumprimento grave e reiterado do Compromisso de Voluntariado por parte do voluntário, devendo comunicá-lo ao próprio e ao serviço promotor.

8.4. Deixam de ser elegíveis para participar no Programa Municipal de Voluntariado os voluntários que:

- a) Violarem sem motivo justificado o Compromisso de Voluntariado;
- b) Faltarem repetidamente, sem motivo justificado, às actividades para que estejam convocados;
- c) Optarem por procedimentos que ponham em causa o desejável ambiente de cooperação entre voluntários, o respeito pelos utentes dos serviços onde prestem a sua actividade ou o bom nome da Câmara Municipal de Lisboa;
- d) Tenham solicitado, por escrito, o pedido da sua demissão do Banco de Voluntariado para a Cidade de Lisboa.

9. Omissões

Os casos omissos são decididos por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, sob proposta do vereador com o pelouro do Desenvolvimento Social.

10. Entrada em vigor

O Programa Municipal de Voluntariado entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Boletim Municipal.